

**Maracanaú Geradora de Energética S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2014 e 2013

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Salas 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil

Telefone 55 (85) 3307-5100  
Fax 55 (85) 3307-5101  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e aos Acionistas da  
Maracanaú Geradora de Energia S.A.  
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Maracanaú Geradora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maracanaú Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### ***Valores correspondentes ao exercício comparativo***

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram seu relatório sem qualificações datado de 31 de março de 2014.

Fortaleza, 19 de junho de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Eliardo Araújo Lopes Vieira  
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

## Maracanaú Geradora de Energia S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013		Nota	2014	2013
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.587	19.812	Fornecedores	13	86.912	52.610
Contas a receber de clientes	5	68.128	46.999	Debêntures não conversíveis	14	230.241	239.960
Estoques	6	6.014	9.854	Arrendamentos financeiros a pagar	15	457	461
Adiantamentos a fornecedores	7	5.201	4.284	Impostos e contribuições a recolher	16	1.375	1.020
Impostos a recuperar	8	3.282	2.082	Encargos com P&D a pagar	10.a	6.549	2.904
Despesas antecipadas		588	347	Dividendos a pagar	20	13.457	-
Outros créditos	10	1.105	297	Outras contas a pagar		1.461	172
Total do ativo circulante		<u>108.905</u>	<u>83.675</u>	Total do passivo circulante		<u>340.452</u>	<u>297.127</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	9	19.902	19.243	Arrendamentos financeiros a pagar	15	4.150	4.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	9.426	-	Impostos e contribuições a recolher	16	1.041	1.153
Outros créditos	10	2.365	2.365	Partes relacionadas		-	1.200
Imobilizado	11	351.070	340.404	Penalidades do CCEAR a pagar	19	22.287	21.094
Diferido	12	1.326	1.549	Provisões para passivos contingentes		670	200
Total do ativo não circulante		<u>384.089</u>	<u>363.561</u>	Total do passivo não circulante		<u>28.148</u>	<u>27.902</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	20	122.207	184.058
				Reserva de capital		467	-
				Reserva de lucro		1.720	-
				Prejuízos acumulados		-	(61.851)
				Total do patrimônio líquido		<u>124.394</u>	<u>122.207</u>
Total do ativo		<u><u>492.994</u></u>	<u><u>447.236</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>492.994</u></u>	<u><u>447.236</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	21	538.967	404.920
Custos da geração de energia	22	<u>(463.468)</u>	<u>(337.507)</u>
Lucro bruto		<u>75.499</u>	<u>67.413</u>
Despesas administrativas e gerais	23	(6.777)	(27.357)
Despesas tributárias		(25)	(86)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>16</u>	<u>(155)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e dos impostos		68.713	39.815
Despesas financeiras		(43.929)	(41.936)
Receitas financeiras		<u>448</u>	<u>641</u>
Despesas financeiras líquidas	24	<u>(43.481)</u>	<u>(41.295)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>25.232</u>	<u>(1.480)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(256)	(35)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>9.426</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>34.402</u>	<u>(1.515)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Maracanaú Geradora de Energia S.A.**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	34.402	(1.515)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<u><u>34.402</u></u>	<u><u>(1.515)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reservas de lucro</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Incentivo fiscal</u>	<u>Reserva legal</u>		
<b>Saldos em 1ª de janeiro de 2013</b>	<u>184.058</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(60.336)</u>	<u>123.722</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.515)	(1.515)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>184.058</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(61.851)</u>	<u>122.207</u>
Redução do capital social com absorção de prejuízo (Ver nota 20)	(61.851)	-	-	61.851	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.402	34.402
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	-	1.720	(1.720)	-
Reserva de incentivo fiscal federal	-	467	-	(467)	-
Distribuição antecipada de dividendos (Ver nota 20)	-	-	-	(32.215)	(32.215)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>122.207</u>	<u>467</u>	<u>1.720</u>	<u>-</u>	<u>124.394</u>

# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	34.402	(1.515)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício às disponibilidades provenientes das atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	256	35
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.426)	-
Juros dos financiamentos	40.891	39.217
Depreciação e amortização	12.305	12.025
Penalidades do CCEAR	1.193	21.094
Provisão para passivos contingentes	470	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	1.318	1.318
	<u>81.409</u>	<u>72.174</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(21.130)	4.814
Redução (aumento) nos estoques	3.840	(8.128)
Aumento em adiantamentos a fornecedores	(916)	(1.133)
Aumento em depósitos judiciais	(659)	(18.538)
Aumento em impostos a recuperar	(1.199)	(1.200)
(Aumento) redução em despesas antecipadas e em outros créditos	(1.049)	1.246
Aumento em fornecedores	34.302	16.495
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	243	(538)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(256)	(35)
Aumento em encargos com P&D a pagar	3.645	1.899
Aumento em obrigações trabalhistas e em outras contas a pagar	1.288	2
	<u>99.518</u>	<u>67.058</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
	<u>99.518</u>	<u>67.058</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(22.747)	(12.355)
	<u>(22.747)</u>	<u>(12.355)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
	<u>(22.747)</u>	<u>(12.355)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Dividendos pagos	(18.759)	-
Partes relacionadas	(1.200)	1.200
Pagamentos de arrendamentos financeiros	(377)	(336)
Pagamentos de debêntures	(51.660)	(40.366)
	<u>(71.996)</u>	<u>(39.502)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		
	<u>(71.996)</u>	<u>(39.502)</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>4.775</u>	<u>15.201</u>
No início do exercício	19.812	4.611
No fim do exercício	<u>24.587</u>	<u>19.812</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>4.775</u>	<u>15.201</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Maracanaú Geradora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em agosto de 2007, por prazo determinado, com sede na Via de Ligação 3, s/n, Distrito Industrial III - DIF III, CEP 61.900-000, na cidade de Maracanaú/CE. Ela foi constituída com o objetivo de proceder com a construção e operação da Usina Termelétrica (UTE) Maracanaú I, com 168 MW de potência instalada, de acordo com o resultado do 4º Leilão de Energia Nova do Ministério das Minas e Energia (MME), realizado em julho de 2007.

A Companhia entrou em operação comercial em 30 de dezembro de 2010, conforme Despacho ANEEL 4091, de 29 de dezembro desse mesmo ano, passando, a partir daí, a receber as receitas fixas conforme estabelecido nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR’s), bem como receitas variáveis, quando demandada para a efetiva geração de energia.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de junho de 2015.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico

#### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### d. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, estabelecimento da vida útil dos bens do imobilizado, determinação do prazo de amortização do ativo diferido, mensuração de provisões e contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

**e. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo

acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos com P&D a pagar, penalidades do CCEAR a pagar e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iii) Capital social**

*Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**(iv) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

**c. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo cronológico direto e inclui os gastos incorridos em transporte, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo, de acordo com o Manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	30 anos
Equipamentos de computação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

**e. Diferido**

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos estão sendo amortizados linearmente pelo período de 10 anos após o início de operação da Companhia.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização, provisão para redução ao valor recuperável, ou baixa contra o resultado, conforme previsto na Orientação OCPC 02.

**f. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados substancialmente pelo imobilizado e diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflitam as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas por redução de valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**g. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**h. Benefício de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**i. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**j. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**k. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações cambiais passivas e despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**l. Imposto de renda e contribuição social**

**(i) Impostos correntes**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**(ii) Impostos diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

**m. Subvenções governamentais**

A Sociedade é beneficiária, até o exercício de 2022, de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração sobre suas atividades operacionais (geração de energia elétrica na modalidade de potência contratada e energia fornecida).

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

**n. Normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Empresa não planejaram adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Sociedade está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Sociedade ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012

- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	1	1
Depósitos bancários à vista	2.519	1.122
Aplicações financeiras	<u>22.067</u>	<u>18.689</u>
Total	<u>24.587</u>	<u>19.812</u>

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais em torno de 102,5% e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

#### 5 Contas a receber de clientes

	2014	2013
Faturas a receber	261	2.623
Suprimento de energia a faturar	<u>67.867</u>	<u>44.376</u>
Total	<u>68.128</u>	<u>46.999</u>

A rubrica “Suprimento de energia a faturar” refere-se ao suprimento de energia realizado e ainda não faturado, enquanto que a rubrica de “Faturas a receber” refere-se ao suprimento de energia com as respectivas faturas emitidas, porém, pendentes de recebimento.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2014. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia ou perspectiva futura de não recebimento, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

##### Ajuste a valor presente

Em virtude do prazo médio de recebimento ser curto, a Administração da Companhia entende que o efeito de ajuste a valor presente nas demonstrações da Companhia é imaterial e, por isso, não foi registrado.

## 6 Estoques

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Matérias-primas	<u>6.014</u>	<u>9.854</u>
Total	<u><u>6.014</u></u>	<u><u>9.854</u></u>

O valor das matérias-primas referem-se, majoritariamente, ao óleo combustível a ser utilizado na geração de energia.

## 7 Adiantamentos a fornecedores

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Alstom Grid Energia S.A.	2.123	2.123
Wartsila	1.300	1.300
Organização Paulo Rocha Ltda.	802	16
ABB Ltda.	263	263
Loprese	167	167
Tecman Serviços	120	120
Outros	<u>426</u>	<u>295</u>
Total	<u><u>5.201</u></u>	<u><u>4.284</u></u>

## 8 Impostos a recuperar

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Imposto de renda (IRPJ)	539	525
Contribuição social (CSLL)	2.593	1.440
PIS	14	10
COFINS	124	104
Outros	<u>12</u>	<u>3</u>
Total	<u><u>3.282</u></u>	<u><u>2.082</u></u>

### **IRPJ/CSLL**

Os créditos do IRPJ e da CSLL referem-se a pagamento de estimativa mensal a maior do que os valores dos impostos apurados em 2014, referidos créditos serão compensados com os tributos federais correntes de 2015.

### **PIS/COFINS**

Os créditos do PIS e da COFINS referem-se a recolhimento dessas contribuições a maior em 2014, referidos créditos serão compensados com os tributos federais correntes de 2015.

## 9 Depósitos judiciais

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Outros	1.370	711
Câmara de Compensação de Energia Elétrica - CCEE (a)	18.532	18.532
<b>Total</b>	<b>19.902</b>	<b>19.243</b>

### CCEE

- (a) Os depósitos judiciais referem-se a contestações de penalidades aplicadas à Companhia pela CCEE, pelo não atendimento em sua totalidade da geração de energia de acordo com ordens de despachos do ONS. A Administração da Companhia, embora tenha essa ação em andamento decidiu por reconhecer as despesas das penalidades aplicadas, conforme registrado na nota explicativa nº 19 e, se a Companhia obtiver algum êxito na demanda judicial com a CCEE, o valor da penalidade anulada será registrado como receita de recuperação de despesa.

## 10 Outros créditos

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Projetos P&D (a)	1.043	295
UTE Camaçari S.A. (b)	2.365	2.365
Outros	62	2
<b>Total</b>	<b>3.470</b>	<b>2.662</b>
Circulante	1.105	297
Não circulante	2.365	2.365

### Projetos P&D

- (a) A Lei 9.991/2000 instituiu a obrigatoriedade, para empresas concessionárias de serviços públicos do setor de energia, dentre elas as geradoras de energia, de investimento do valor correspondente a 1% de sua ROL (Receita Operacional Líquida) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, de acordo com regulamentos da ANEEL, para os quais os montantes a serem empregados estão registrados na rubrica Encargos com P&D a pagar, no passivo circulante. Desde meados do primeiro semestre de 2011 a Companhia vem cumprindo essa obrigação, desenvolvendo, em conjunto com a Borborema Energética S.A., através do compartilhamento dos projetos de P&D, com a determinação legal, onde, através de contratos celebrados com o Departamento de Engenharia Elétrica, da Universidade Federal de Campina Grande, dois projetos foram iniciados, estando os dois em vias de conclusão, que deverá acontecer no segundo semestre deste ano. Em função do longo período de cumprimento das ordens de despacho de energia a que vem sendo solicitada a atender nos últimos dois anos, o valor de sua receita tem sido incrementada de forma considerável, resultando, conseqüentemente, em valores igualmente altos para destinação em investimento com P&D. O valor apresentado nessa conta, decorre exatamente dessa condição, que fez com que as contratações para desenvolvimentos de novos projetos de P&D, por parte da Companhia, juntamente com a Borborema Energética S.A., não acompanhasse o mesmo ritmo da geração de receita, resultando no acúmulo de valores consideráveis na conta contábil dessa rubrica, o que deverá ser resolvido no decorrer do ano de 2015.

### Outros

- (b) Valor refere-se à venda de imobilizado à UTE Camaçari S/A.

## 11 Imobilizado

<b>Custo histórico</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Planta industrial</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Equipamentos de computação</b>	<b>Imobilização em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de dezembro de 2013</b>	4.925	356.117	355	266	4.510	366.173
Adições	-	6.927	40	18	5.370	12.355
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	4.925	360.442	395	284	9.880	375.926
Adições	-	19.614	6	25	3.102	22.747
( - ) Baixas	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	4.925	380.056	401	309	12.982	398.673
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Saldos em 1º de dezembro de 2013</b>	-	(23.430)	(169)	(141)	-	(23.740)
Adições	-	(11.724)	(37)	(21)	-	(11.782)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b> (Reapresentado)	-	(35.154)	(206)	(162)	-	(35.522)
Adições	-	(11.985)	(52)	(44)	-	(12.081)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	-	(47.139)	(258)	(206)	-	(47.603)
<b>Saldos líquidos</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.925	325.288	189	122	9.880	340.404
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.925	332.917	143	103	12.982	351.070

O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e está empregado exclusivamente nas operações relacionadas à UTE. A Administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Ver taxas de depreciação na nota explicativa nº 3. d (iii).

### **Redução ao valor recuperável**

O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização. Dessa forma, não há necessidade de provisão para perda do seu valor recuperável.

## 12 Diferido

A Companhia, usando a faculdade dada pela MP 449/08, que alterou as Leis nº 11.638/07 e nº 6.404/76, manteve os saldos existentes no Diferido em 31 de dezembro de 2008, até sua completa amortização, a qual será efetivada no prazo 10 (dez) anos após o início de suas operações. Estes gastos estão compostos da seguinte forma:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Despesas de organização e administração	1.713	1.713
Despesas financeiras, líquidas	554	554
Amortização acumulada	<u>(941)</u>	<u>(718)</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.326</u></b>	<b><u>1.549</u></b>

### **13 Fornecedores**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Petrobras Distribuidora S.A.	66.182	48.815
Wartsila	16.544	2.154
Alstom Grid Energia S.A.	-	-
Transporte Rodoviário Nordestino Ltda.	331	104
DAX Oil Refino	147	-
Outros	<u>717</u>	<u>1.537</u>
<b>Total</b>	<b><u>86.912</u></b>	<b><u>52.610</u></b>

### **14 Debêntures não conversíveis**

	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Vencimento original</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Principal e encargos	10,36 % a.a. + IPCA	jan/2020	<u>230.241</u>	<u>239.960</u>

#### **Primeira emissão de debêntures simples da Maracanaú Geradora de Energia S.A.**

Em 22 de dezembro de 2011 foi assinado pela Companhia o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações, tendo como Agente Fiduciário a BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com as seguintes características:

- **Montante de emissão:** R\$ 244.400
- **Quantidade de debêntures emitidas:** 2.444
- **Banco Mandatário e Escriturador:** Banco Bradesco S.A.
- **Destinação dos recursos:** aproximadamente: R\$ 150.000 para pagamento de dívidas bancárias; R\$ 65.000 para pagamento de saldos com partes relacionadas; e, R\$ 29.400 para pagamentos de despesas relacionadas às atividades corporativas da Companhia
- **Prazo de vencimento:** 8 anos
- **Amortização de principal:** 1º ano: 4% do volume; 2º ano: 6% do volume; 3º ano: 10% do volume; 4º ano: 12% do volume; 5º ano: 16% do volume; 6º ano: 16% do volume; 7º ano: 18% do volume; e, 8º ano: 18% do volume
- **Taxa da Transação:** IPCA + 10,36% ao ano

- **Pagamento de juros:** Mensal sem carência
- **Garantias:** Cumulativamente: (i) Cessão fiduciária dos Recebíveis; (ii) Alienação fiduciária das ações da Companhia; e, (iii) Alienação fiduciárias dos ativos operacionais da Companhia.

Os recursos foram liberados em 10 de janeiro de 2012, efetuando-se, imediatamente, os pagamentos conforme compromisso assumido com o Agente Fiduciário, a saber: pagamento dos empréstimos e financiamentos bancários, pagamento de saldos com partes relacionadas e pagamento das despesas decorrentes da emissão das debêntures.

O vencimento das parcelas de juros e de amortização iniciaram-se em 15 de fevereiro de 2012 e se encerram em 15 de janeiro de 2020.

### **Covenants**

Em junho de 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 20, a Companhia efetuou uma redução de seu capital social, sem cancelamento de ações, com a absorção de prejuízos acumulados, sem a anuência prévia dos debenturistas, conforme exigido pela escritura da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, o que caracterizaria o vencimento antecipado da dívida. Portanto, o saldo devedor, no montante de R\$ 230.241 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi contabilizado em sua totalidade no passivo circulante. Entretanto, financeiramente não houve exigência de antecipação da dívida por parte dos debenturistas. A Administração encaminhará uma correspondência ao agente fiduciário explicando os motivos dessa redução de capital e à Assembleia Geral dos Debenturistas uma solicitação de prorrogação dos prazos de pagamento, de modo que sejam mantidos os prazos hoje existentes na escritura de emissão das debêntures.

## **15 Arrendamentos financeiros a pagar**

			2014	2013
	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Vencimento</b>		
Breitener Energética S.A.	6 % a.a. + IPCA	31/12/2024	4.607	4.716
Circulante			457	461
Não circulante			4.150	4.255

Refere-se ao arrendamento financeiro do terreno onde está instalada a Usina UTE Maracanaú I de propriedade da Companhia, conforme contrato firmado em 8 de outubro de 2007, entre a arrendadora Breitner Energética S.A. e a arrendatária Thermes Participações S.A., este cedido à Companhia em 1º de novembro de 2007. O valor do arrendamento é de R\$ 250 ao ano, atualizado pelo IPCA + 6% a.a., com um prazo de 206 meses, tendo início em 1º de novembro de 2007 e término em 31 de dezembro de 2024, tendo a Companhia opção de compra no final do contrato.

### **Cronograma de desembolso do passivo não circulante**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
2015	-	425
2016	457	425
2017	457	425
2018	457	425
Após o ano de 2018	<u>2.779</u>	<u>2.555</u>
	<u><u>4.150</u></u>	<u><u>4.255</u></u>

## **16 Impostos e contribuições a recolher**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
PIS	107	65
COFINS	492	298
CSLL	128	-
Impostos retidos a recolher	139	119
INSS	124	113
ICMS	187	187
Parcelamento de tributos federais	<u>1.239</u>	<u>1.391</u>
	<u><u>2.416</u></u>	<u><u>2.173</u></u>
Circulante	1.375	1.020
Não circulante	1.041	1.153

### **Parcelamento de tributos federais**

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela inclusão dos débitos dos tributos federais no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, a qual estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios, em julho de 2012 referidos débitos foram homologados e consolidados para pagamento em 160 meses.

### **Cronograma de desembolso do passivo não circulante**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
2015	-	184
2016	118	110
2017	118	110
2018	118	110
Após o ano de 2018	<u>687</u>	<u>639</u>
	1.041	1.153

## 17 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 encontra-se resumida a seguir:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>25.232</b>	<b>(1.480)</b>
(+) Ajustes RTT - juros sobre arrendamentos financeiros	268	869
(+) Ajustes RTT - custos de transação controlados na parte "B" do lalur	1.318	1.318
(-) Ajustes RTT - depreciação contábil x fiscal controlado na parte "B" do lalur	(23.764)	-
(-) Ajustes RTT - amortização do diferido controlado na parte "B" do lalur	(79)	(79)
(-) Ajustes RTT - pagamentos de arrendamentos financeiros	(376)	(336)
(+) Provisões indedutíveis	470	-
(+) Despesas indedutíveis	2.826	33
(+) Prejuízo não operacional	-	236
(-) Reversão de provisões indedutíveis	(2.747)	-
(-) Compensação prejuízo fiscal	(945)	(141)
<b>Lucro fiscal do exercício</b>	<b>2.203</b>	<b>420</b>
Imposto de renda	527	81
Contribuição social	198	35
Imposto de renda e contribuição social correntes	725	116
(-) Lucro da exploração	(469)	(81)
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes, líquidos</b>	<b>256</b>	<b>35</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal compensar	19.585	-
Impostos diferidos sobre ativo diferido	161	-
<b>Total de impostos diferidos ativo</b>	<b>19.746</b>	<b>-</b>
Impostos diferidos sobre depreciação contábil x fiscal	(8.080)	-
Impostos diferidos sobre custo de transação de financiamentos	(2.240)	-
<b>Total de impostos diferidos passivo</b>	<b>(10.320)</b>	<b>-</b>
<b>Total de impostos diferidos líquidos</b>	<b>9.426</b>	<b>-</b>

## 19 Penalidades do CCEAR a pagar

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
CCEE (a)	18.532	18.532
ANEEL	3.755	2.562
Total	22.287	21.094

### CCEE

- (a) No primeiro trimestre de 2013, a Companhia foi informada por meio de sítio eletrônico da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que descumpriu, devido à falta de combustível, a geração mínima de energia acordada no Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Para estas notificações foram realizados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 9.

## 20 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$122.207 (R\$184.058 em 2013) é composto por 103.265.200 ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas:

	%	Ações	
		2014	2013
Brasilterm Participações S.A. (*)(**)	100,00%	103.265.200	-
Nova Cibe Energia S.A.	-	-	70.544.403
Cibe Energia e Participações S.A.	-	-	26.736.911
Thermes Participações S.A.	-	-	5.983.886
	100,00%	103.265.200	103.265.200

- (\*) Em maio de 2014 a totalidade das ações da Companhia foram adquiridas pela empresa Brasilterm Participações S.A.
- (\*\*) Em junho de 2014 foi efetuada uma redução do capital social, sem cancelamento de ações, com a absorção de prejuízos acumulados no valor de R\$61.851, passando o mesmo de R\$184.058 para R\$122.207.

### Dividendos

Os acionistas têm direito ao recebimento de dividendos anuais não cumulativos, de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Usando a prerrogativa do artigo 204 da Lei 6.404/76, a Companhia, através de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de dezembro de 2014, decidiu pela distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$32.215, sendo pago em 2014 o valor de R\$18.759, ficando o valor de R\$13.457 para ser pago durante o ano de 2015.

## 21 Receita operacional líquida

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Suprimento de energia - parcela fixa	94.601	89.273
Suprimento de energia - parcela variável	488.277	353.227
Suprimento de energia - parcela excedente	<u>18.100</u>	<u>9.223</u>
Receita operacional bruta	600.978	451.723
PIS	(9.916)	(7.482)
COFINS	(45.675)	(34.461)
ICMS	(1.030)	(811)
Encargos com P&D	<u>(5.390)</u>	<u>(4.049)</u>
Deduções da receita operacional bruta (impostos e P&D)	<u>(62.011)</u>	<u>(46.803)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>538.967</u></u>	<u><u>404.920</u></u>

## 22 Custo de geração de energia

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Matéria-prima	(416.942)	(290.169)
Custo de conexão	(20.741)	(22.141)
Depreciação e amortização	(12.208)	(11.782)
Serviços de operação e manutenção	(10.894)	(10.220)
Outros serviços terceirizados	(519)	(607)
Custos gerais	<u>(2.164)</u>	<u>(2.588)</u>
Total	<u><u>(463.468)</u></u>	<u><u>(337.507)</u></u>

## 23 Despesas administrativas e gerais

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Despesas com pessoal	(1.492)	(1.523)
Serviços terceirizados	(1.721)	(1.641)
Penalidades do CCEE/ANEEL	(2.090)	(23.510)
Provisão para passivos contingentes	(470)	-
Outras despesas	<u>(1.004)</u>	<u>(683)</u>
Total	<u><u>(6.777)</u></u>	<u><u>(27.357)</u></u>

## 24 Despesas financeiras, líquidas

	2014	2013
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(40.891)	(39.217)
Juros e multas de mora	(1.424)	(1.311)
Outras	<u>(1.614)</u>	<u>(1.408)</u>
	(43.929)	(41.936)
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	323	229
Juros ativos	89	362
Outras	<u>36</u>	<u>50</u>
	<u>448</u>	<u>641</u>
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<u><u>(43.481)</u></u>	<u><u>(41.295)</u></u>

## 25 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia, entre as partes relacionadas de sua controladora, profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador.

As partes relacionadas, natureza das transações e saldos julgados relevantes por parte da Administração estão demonstrados a seguir:

	2014		2013	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Borborema Energética S.A. (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.200</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.200</u></u>

- (a) Refere-se a contrato de conta corrente celebrado com a empresa do mesmo grupo econômico Borborema Energética S.A., para o qual não há incidência de juros.

## 26 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia.

A Administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que o valor de R\$ 670 (R\$ 200 em 31/12/2013) é suficiente para liquidar as contingências trabalhistas consideradas prováveis.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía causas cuja probabilidade de perda é possível, na opinião de seus consultores jurídicos.

## **27 Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial se aproxima dos valores de mercado. Não é política da Companhia operar com derivativos.

### **Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia à cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o seu gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia não está exposta a riscos de créditos e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes visto que as receitas originam-se de contratos firmados pelos agentes no ambiente regulado, registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e que eventuais ajustes, serão regularizados posteriormente no próprio sistema da CCEE, com a emissão de relatório específico demonstrando as compensações financeiras a serem efetuadas entre os próprios agentes quando dos faturamentos, tanto a débito quanto a crédito.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### **Risco cambial**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, o Real (R\$). O USD é a moeda na qual estas transações são denominadas.

Com relação a passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

### **Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia efetua captação de recursos utilizando taxas prefixadas.

### **Risco de estrutura de capital**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Visando a mitigação desse tipo de risco, está previsto no plano de negócios da Companhia aporte de recursos de seus acionistas e a substituição gradual do perfil da sua dívida de capital de terceiros por capital próprio.

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

## **28 Cobertura de seguros**

A Companhia tem contratado com a Bradesco Seguros S.A., o seguro de riscos operacionais, com cobertura no valor de R\$150.000, com vencimento para agosto de 2015 e com a J. Malucelli Seguros S.A., o seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$3.000, também com vencimento para agosto de 2015.